APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00091

DATA 08/02/2008	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 447, do 2009				
PERPÉTUA ALMEIDA PCdoB - AC				Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA	ARTIGO Art 1ª	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA		
Modifica artiç abaixo :	go primeiro da M	ledida Provisória r	1° 417,	de 2008,	da forma
"Art. 1o Os arts. 5o, 6o, 11, 23, 28, 30 e 32 da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação					
"Art.23					••••••
§ 4o As instituições de ensino policial, aos residentes em áreas rurais de acordo § 5 art. 6 °, e as guardas municipais referidas nos incisos III e IV do art. 6o e no seu § 6° poderão adquirir insumos e máquinas de recarga de munição para o fim exclusivo de suprimento de suas atividades, mediante autorização concedida nos termos definidos em regulamento." (NR)"					
JUSTIFICATIVA					
A venda dos insumos de munições para os seringueiros, ribeirinhos e trabalhadores rurais no estado do Acre, bem como, em toda a Amazônia sempre foi algo muito justificável economicamente e parte da tradição. Porém, o exército, devido a ausência de clara previsão legal, mudou os procedimentos de fiscalização proibindo a venda dos insumos de munição.					
Esta mudança inviabilizou economicamente a sobrevivência e a proteção dos caçadores, seringueiros e ribeirinhos na floresta por algum tempo. Para caçar um animal e alimentar a família, adquirindo a munição pronta, como desejava o exército brasileiro, o custo de cada tiro fica em torno de R\$ 8,00, como se utiliza de três a quatro tiros para abater um animal, o seringueiro, gastará em torno de R\$ 20,00 por caça abatida. O trabalhador rural não tem como sustentar este nível de gasto com munição, inviabilizando a forma radicional de sobrevivência do seringueiro. A aquisição dos insumos possibilita um custo menor do cartucho e torna economicamente viável a vida do seringueiro na Amazônia. O exército retirou a exigência, porém, com o objetivo de pacificar o assunto definitivamente, apresentamos a presente emenda					
, ,	A	SSINATURA MHoneida	2	MPV	477108